

11º Encontro ABCP

31 de julho a 4 de agosto de 2018 – Curitiba.

Comportamento Político

A DEMOCRACIA ENTRE A VIOLÊNCIA E A CORRUPÇÃO: UMA ANÁLISE DA “ADESÃO À DEMOCRACIA”.

Matheus Gomes Mendonça Ferreira – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Resumo

Almeja-se nesse artigo explorar a temática da adesão ao golpe militar no Brasil através do debate acerca das atitudes políticas.

Ao analisar a adesão ao golpe militar em casos de muito crime e muita corrupção entre os democratas “coesos” e “ambivalentes”, percebeu-se que apenas no caso de muito crime há uma relação linear entre coesão democrática e maior rejeição golpe. Isso nos leva a pensar sobre os efeitos que a corrupção têm sobre o compromisso democrático dos brasileiros.

Analisando a relação entre atitudes políticas e adesão ao golpe, controlando por variáveis como escolaridade e IDHM, percebeu-se que os tipos de democratas interagem de forma diferente com os tipos de golpe. Por outro lado, não foi possível encontrar nenhuma relação entre experiência política ou socialização política com a adesão a golpes militares.

Palavras-chave: democracia, violência, corrupção, golpe militar.

Introdução

O objetivo do artigo é compreender como o grupo dos democratas (coesos e ambivalentes) se comportam com relação a adesão a golpes militares em cenários de muito crime e muita corrupção e compreender qual os efeitos que escolaridade, desenvolvimento econômico, idade e experiência democrática sobre as atitudes políticas.

Desde Junho de 2013, o Brasil vive um momento ímpar em seu cenário social, político e econômico. No momento em que se esperava uma escalada dos valores constitucionais (democráticos), observou-se que, ao contrário, o imaginário conservador do brasileiro também ganhou as ruas. Discursos que clamam por intervenções antidemocráticas começam a se organizar em protestos e movimentos sociais. Agendas reconhecidas como conservadoras saem do anonimato e se tornam propostas políticas debatidas pelas instituições democráticas. Em outras palavras, temos uma *window of opportunity* do conservadorismo.

Contudo, é equivocado olhar para essas vozes conservadoras como se tivessem o mesmo sentido e a mesma origem. Junho de 2013 produziu uma abertura societária no Brasil, emergindo novos espaços e atores que questionavam os códigos, sujeitos e ações tradicionais (BRINGEL & PLEYERS, 2015). Além disso, há uma conexão com os (novos) movimentos sociais vinculados à nova geopolítica da indignação global (*ibid*).

Há uma primeira leitura que vincula 2013 à esquerda e 2015 à direita

Nesse cenário, segundo Casalecchi *et al.* (2013), os fenômenos da violência e da corrupção aparecem associados com os apelos de grupos da sociedade que afirmam preferir governos autoritários a governos democráticos. Nesse ponto, o que anteriormente se chamou de conservadorismo passa a ser compreendido através do seu viés autoritário.

Tal fenômeno coloca a necessidade de repensar a estabilidade democrática do Brasil, assumida desde a constituição de 1988. Será mesmo a democracia no Brasil estável? Quais são os riscos que a democracia brasileira encontra atualmente? Tais questões precisam ser compreendidas à luz das atitudes e crenças políticas dos brasileiros, uma vez que estas estão relacionadas com qualidade do sistema (PUTNAM, 1996).

Relacionar a opinião sobre a institucionalidade da política com o campo dos valores e atitudes é importante para se lançar luz sobre as raízes do apoio/adesão à democracia. Relacionando o campo atitudinal com as preferências políticas, contribui-se com avanços nas descobertas do questionamento de “quão democráticos são os democratas brasileiros”.

Aportes teóricos

O debate sobre cultura política é um subcampo dos estudos sobre a democracia. Segundo Almond e Verba (1963), mais do que estudar a institucionalidade democrática ou as condições sociais e econômicas da (e para a) democracia, almeja-se estudar o conjunto de atitudes políticas

dos indivíduos em um sistema democrático. É esse conjunto de atitudes políticas que servirão de base para a análise sobre a adesão à democracia, ou seja, para compreender quão democrático são os cidadãos e quão legítima é a democracia. Tal debate é importante em países de democracias recentes, como Brasil, e que passaram por trajetórias autoritárias também recentes, pois fornece um arcabouço teórico e empírico para se compreender os possíveis riscos da degeneração democrática e o retorno de um governo autoritário (CASALECCHI, et al., 2013; FUKS et al., 2016).

Por outro lado, há que se questionar em que medida um conjunto de atitudes, crenças e valores impacta a democracia a ponto de causar sua qualidade, derrocada ou instabilidade. Na contramão dessa perspectiva, Pérez-Liñan e Polga-Hecimovich (2013: 2) apontam que as estratégias utilizadas pelas elites políticas são mais significativas para compreender quebras democráticas do que as atitudes políticas dos cidadãos.

Ainda, Fuchs (2007) chama a atenção para casos de alguns países da Ásia, Europa e América Latina, onde a implementação de instituições democráticas não estão necessariamente vinculadas às atitudes políticas dos cidadãos. Países como México e Índia já possuem democracia por um longo período.

Investindo na importância da compreensão das atitudes políticas dos cidadãos, Casalecchi (2016, p. 41) dialoga com o conceito weberiano de legitimidade, apontando que, para a estabilidade democrática é necessário uma adesão às regras do jogo. Sem essa adesão, sem a “fé” nas regras do jogo e nos princípios subjacentes, não haveria legitimidade, logo, tornaria a democracia um sistema instável.

Aprofundando a justificativa da importância dos estudos sobre atitudes políticas e a manutenção da democracia, Casalecchi (*ibid.*: 42) busca as definições de Lipset, sobre efetividade e legitimidade e Easton, sobre apoio difuso e específico.

Segundo Lipset (1959 *apud* Casalecchi, 2016: 42), a efetividade está relacionado com o desempenho do sistema político em termos da satisfação dos serviços prestados; a legitimidade está ligada com a capacidade do sistema político manter a crença de que tal sistema e suas instituições são as mais adequadas e mais apropriadas para a sociedade.

De acordo com Easton (1965, 1975 *apud* Casalecchi, 2016: 42), a legitimidade da democracia estaria assentada no apoio que os cidadãos a ela concedem. Este apoio são de dois tipos, difuso e específico. Enquanto o suporte difuso está ligado a questões mais abstratas, o específico se relaciona a questões mais práticas do funcionamento da democracia. O entendimento dessa divisão fica mais claro quando o campo do comportamento político levanta a questão: “por que as pessoas amam a democracia, mas odeiam suas instituições?”. O “amor” pela democracia seria algo mais abstrato, “difuso”. Essa abstração se manifesta quando se opera variáveis de preferência pela democracia. O “ódio” está relacionado mais com avaliações práticas da democracia, que são operacionalizadas por variáveis de satisfação com as instituições políticas, com o sistema político e com seus atores.

Booth e Seligson (2009), dialogando com Easton, discutem o conceito de legitimidade, advogando uma medida multidimensional para resolver o que eles chamam de *the legitimacy puzzle*. Colocando questões como: “por que a queda de legitimidade institucional nas últimas décadas não gerou a derrocada de democracias estáveis?”, dialogam com o conceito de “reserva de suporte”, conceito presente nas obras de Easton (1965) e Lipset (1959).

A preocupação de que a perda de legitimidade da democracia não tem efeito sobre democracias de sociedade industriais avançadas (BOOTH & SELIGSON, 2009:5) tensiona a explicação de que a legitimidade democrática serve como variável explicativa para a qualidade e manutenção da democracia. Na compreensão dos autores, existe um problema com a própria definição do que seria a legitimidade democrática e como se produzem suas medidas.

Há vários constrangimentos para a construção de uma medida razoável de legitimidade democrática que possa ser generalizável, entre eles, as diferenças entre os países estudados, que conduzem a construção de *surveys* capazes de captar suas realidades específicas.

Desse questionamento, surge o direcionamento de pensar a legitimidade em três frentes: i) as estruturas da legitimidade; ii) os recursos da legitimidade e; iii) os efeitos da legitimidade (ibid.). Para os autores, há muitas questões que não foram respondidas e outras que nem foram perguntadas.

Nessa linha de pesquisa, assume-se a ideia de que o campo atitudinal dos indivíduos é importante para a qualidade da democracia e sua manutenção. Embora pareça pouco importante apontarmos para esse ponto, é imprescindível afirmar isso, pois tomamos como pedra de toque uma postura teórica que vai na contramão da perspectiva teórica do elitismo.

O elitismo atribui às elites a responsabilidade pela manutenção e qualidade do sistema político ou da ordem social (SARTORI, 1994; CARVALHO, 2008; PÉREZ-LIÑAN & POLGA-HECIMOVIICH, 2013). Nesse ponto, elite não pode ser compreendida de forma pejorativa ou relacionada a algo que trave o progresso da sociedade, mas significa abordar um grupo da sociedade que controla recursos escassos com significância social e que possuem influência no sistema político, econômico e ideológico de forma privilegiada, quando comparados com os “cidadãos comuns”.

Na contramão dessa perspectiva, este artigo acredita que não só as elites devam receber destaque nas pesquisas, mas a opinião pública também tem participação efetiva nos rumos da democracia. Nessa linha, quando Pareto analisa as elites, ele atribui a elas o poder da força física e da persuasão (CARVALHO, 2008). Pode-se definir a persuasão como a capacidade de fazer com que as pessoas ajam da forma como elas não agiriam se não estivessem sobre influência do discurso de outras pessoas. Essa definição aproxima a persuasão da noção de poder de Weber.

Se a persuasão é um elemento importante para a definição das elites, isso significa que uma elite necessita de aceitação por parte de uma parcela da sociedade, o que faz com que sujeitos não pertencentes às elites tenham papel importante na “construção da ordem”. Em

democracias abertas, o direito ao voto representa um instrumento de poder dos cidadãos diante das elites.

Metodologia

O primeiro momento da pesquisa foi caracterizado pela construção de um índice de interação entre “adesão às atitudes democráticas” (AAD) e “adesão a golpe em caso de muito crime” (AGC1) e “adesão ao golpe em caso de muita corrupção” (AGC2). Primeiro, criou-se o índice de “adesão às atitudes democráticas”.

Para o índice AAD, observou-se as dimensões de democracia compreendida em suas instâncias “procedimental”, “participativa” e “liberal” (LEVITSKY & COLLIER, 1996; CASALECCHI, 2016). Para a dimensão procedimental, optou-se pela variável “A participação de pessoas em um grupo para derrubar por meios violentos um governo eleito. Até que ponto aprova ou desaprova?”. A variável é constituída em uma escala que varia de 1 a 10, em que 1 significa desaprova fortemente e 10 significa aprova fortemente. Como a variável imputa um valor negativo com relação a democracia, sua escala precisa ser redimensionada, ou seja, os menores valores correspondem às atitudes mais democráticas, ao passo que os valores maiores correspondem às atitudes mais autoritárias (menos democráticas). Para nosso propósito, optou-se pelo corte no extremo democrático como indicador de atitudes democráticas. Considerou-se democratas aqueles que se posicionavam entre os valores 1 e 2 da escala e autoritários aqueles que se posicionavam entre 3 e 10. Após isso, chamamos de 1 os democratas e 0 os autoritários. Dessa forma, transformou-se a variável original em uma variável categórica.

Para a dimensão “Liberal”, utilizou-se a variável vinculada ao princípio da tolerância política, representada por “O quanto o/a sr./sra. aprova ou desaprova o direito de votas dessas pessoas (que falam mal do governo atual e da forma de governo)?”. A variável é construída numa escala que varia de 1 a 7, sendo 1 “desaprova fortemente” e 7 “aprova fortemente”. Optou-se, também, por um corte no “extremo democrático”, representado pelos valores 5 e 6. Dessa forma consideramos como 1 (democráticos) o posicionamento entre os valores 5 e 6 e como 0 (autoritários ou não democráticos) os valores entre 1 e 4.

Com relação a dimensão “Participativa”, optou-se pela variável “A participação de pessoas em manifestações permitidas por lei. Até que ponto aprova ou desaprova?”. A variável apresenta uma escala que varia de 1 a 10, sendo 1 “desaprova fortemente” e 10 “aprova fortemente”. Optou-se, como na dimensão “Liberal”, pelo corte no “extremo democrático”, representado pelos valores de 8 a 10, o qual classificamos como 1 (democráticos). Os demais valores, de 1 a 7, chamamos de 0 (autoritários ou não democráticos).

Para a construção do índice “adesão às atitudes democráticas” (AAD), somou-se as três dimensões acima – retiradas do *survey* Barômetro das Américas (BA) organizado pelo *Latin America Public Opinion Project*, obtendo os seguintes resultados:

Valor da soma	Classificação
0	0. Autoritários
1 2	1. Ambivalentes
3	2. Democráticos

Dados os resultados da soma, organizou-se o índice nos seguintes valores: 0. Autoritários; 1. Ambivalentes e; 2. Democráticos.

Como este trabalho se propõe a explorar a adesão ao golpe para posteriormente avançar sobre uma análise longitudinal do fenômeno, as variáveis utilizadas foram escolhidas dada sua presença em todos os anos do *survey*, entre 2006 e 2014, e sua proximidade com os princípios da democracia. Embora imperfeito, acredita-se que as variáveis escolhidas possam ser consideradas *proxies* de atitudes democráticas.

Reconhece-se que outras abordagens possuem índices mais consistentes para representar atitudes e valores democráticos (FUKE et al., s/d; CARLIN, 2011), porém, as variáveis utilizadas nestes trabalhos não apresentam uma presença contínua nos *surveys* trabalhados.

O segundo momento da construção do modelo foi dedicado a recodificação das variáveis de adesão a golpes militares em casos de “muito crime” e “muita corrupção” (AGC1 e AGC2, respectivamente). Para isso, utilizou-se as questões abaixo:

“Agora vamos falar de outro assunto. Algumas pessoas dizem que em certas circunstâncias se justificaria que os militares tomassem o poder através de um golpe de estado. Na sua opinião, em quais das circunstâncias que eu vou mencionar se justificaria um golpe militar...?”

1. JC10: Quando há muito crime.

(1) Seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado.

(2) Não se justificaria que os militares tomassem o poder por um golpe de estado.

2. JC13: Diante de muita corrupção.

(1) Seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado.

(2) Não se justificaria que os militares tomassem o poder por um golpe de estado.

Tais variáveis foram recodificadas nos termos da tabela abaixo:

Golpe em caso de muito crime	Golpe em caso de muita corrupção
0. Aceita golpes	0. Aceita golpes
3. Rejeita Golpes	5. Aceita Golpes

Construído o índice de AAD e recodificadas as variáveis AGC1 e AGC2, optou-se pela análise de como essas variáveis se relacionam, ou seja, como a adesão ao golpe se distribui entre os democratas e ambivalentes. Inicialmente, espera-se que o fato de ser mais coeso

democraticamente reduz a proporção de adesão a golpes, tanto para casos de muito crime quanto diante de muita corrupção.

Optou-se por deixar os autoritários de fora do foco interpretativo deste trabalho, uma vez que se pretende elaborar uma explicação para a relação entre valores democráticos e adesão a golpes. Como hipótese, espera-se que: conforme se avança em termos de coesão democrática (de ambivalentes para democráticos), reduz-se a proporção de adesão a golpes em casos de muito crime e muita corrupção. Nesse sentido, quanto mais coeso – aqui compreendida como o valor 3 do índice AAD –, menor a adesão a golpes.

Para testarmos nossas hipóteses será realizado um *crosstab* para observar as distribuições dos diferentes tipos de adesão ao golpe tendo as atitudes democráticas como variável controle.

O passo subsequente e final da construção do modelo foi somar as variáveis de adesão às atitudes democráticas com as de adesão a golpes. Optou-se por somá-las separadamente, sendo o primeiro grupo a soma das variáveis de atitudes com as de adesão ao golpe em caso de muito crime e o segundo grupo, as de atitudes com as de adesão ao golpe em caso de muita corrupção. Como resultado, obteve-se:

IAG Em caso de muito crime	IAG Em caso de muita corrupção
0. Autoritários que aceitam golpes	0. Autoritários que aceitam golpes
1. Ambivalentes que aceitam golpes	1. Ambivalentes que aceitam golpes
2. Democratas que aceitam golpes	2. Democratas que aceitam golpes
3. Autoritários que rejeitam golpes	5. Autoritários que rejeitam golpes
4. Ambivalentes que rejeitam golpes	6. Ambivalentes que rejeitam golpes
5. Democratas que rejeitam golpes	7. Democratas que rejeitam golpes

Na construção desse índice (índice de interação entre atitudes e golpes, IAG), optou-se por não trabalhar com os subgrupos dos autoritários, por motivos já explicados anteriormente. Contudo, seus valores não foram excluídos da análise, mas apenas ocultados.

Por fim, almeja-se compreender como o índice IAG se comporta em relação as variáveis que os estudos clássicos sobre cultura política e comportamento político informam ser relevantes para a compreensão da democracia.

Optou-se por estabelecer como variáveis controles o grau de escolaridade dos indivíduos, formulando a hipótese de que, quanto maior o nível de escolaridade, menor a adesão a golpes, tanto para AGC1 e AGC2. Nessa linha, seguimos a pesquisa de Fuks e Casalecchi (2017) e os relatórios do LAPOP (SINGER et al., 2012; 2016; LAYTON, 2016; COHEN, 2017; CARLIN, 2017).

Outra variável controle foram as macrorregiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste). Como há uma distribuição desigual do Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM – PNUD 2010) entre as regiões, acredita-se que esse índice servirá como *proxy* de desenvolvimento. Dessa forma, seguindo as pesquisas sobre desenvolvimento socioeconômico e

suporte à democracia (CARLIN, 2006; INGLEHART & WELZEL, 2009), formula-se a hipótese de que em macrorregiões com maior IDHM, haveria menor proporção de adesão a golpes, tanto para AGC1 e AGC2.

Por fim, seguindo as pesquisas que abordam a experiência democrática (CASALECCHI, 2016; BOOTH & SELIGSON, 2009) e efeitos geracionais (JENNINGS, 2007; RAFAEL, 2016; VEIGA et al., 2017) sobre a adesão à democracia, optou-se por trabalhar com a variável ano de nascimento. A partir dessa variável, construiu-se dois índices de gerações.

O primeiro consiste num corte geracional entre jovens (categorizados com o valor 1) e não jovens (valor 0). Por jovens, compreende-se aqueles que possuem até 29 anos. Por não jovens, o grupo com idade superior a 29 anos.

O segundo consiste num corte específico entre aqueles que tiveram uma socialização política (experiência política) no período da ditadura civil militar brasileira e da abertura política (redemocratização). Dessa forma, fez-se uma divisão da amostra que parte daqueles mais velhos até aqueles que possuíam 20 anos quando se iniciou o processo de redemocratização (aqui demarcado pelo ano de 1985). O outro grupo consiste naqueles que nasceram após 1985. Acredita-se que o fato de terem vivido o período da ditadura civil militar, considerado um “pesadelo que é preciso exorcizar” (REIS, 2002:9), gerou nesse grupo uma repulsa por atitudes e valores não democráticas.

Todas essas hipóteses serão testadas por estratégias de estatística descritiva, em que se fará uma análise de frequência cruzada (*crosstab*) e calcular as taxas de correlação entre as variáveis. Para efetuar a análise, foi selecionado o ano de 2014 do BA como ano-base. Em outra ocasião, após testadas as hipóteses, será possível trabalhar com a comparação de médias das variáveis ao longo dos anos. Os resultados são apresentados na próxima sessão.

Resultados

O primeiro teste realizado, foi para testar a relação entre adesão a atitudes democráticas (AAD) e adesão a golpes em caso de muita corrupção e muito crime (AGC1 e AGC2). Encontrou-se que o fato de possuir um sistema democrático mais coeso só tem impacto sobre a rejeição ao golpe quando considerado o contexto de muito crime. Não há diferença nas proporções entre ser democrático e ser ambivalente para o contexto de muita corrupção, como se observa abaixo:

Tabela 1. Tabela de referência cruzada – AGC2 e AAD

		AAD		Total
		Ambivalente	Democrático	
AGC2	Rejeita	504 53,4%	119 53,8%	731 52,4%
	Aceita	439 46,6%	102 46,2%	664 47,6%
Total		943 100,0%	221 100,0%	1395 100,0%

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Feitos os testes de correlação (*Pearson Chi-Square*), observou-se que há uma correlação mais forte entre AAD e AGC1 (0,002) do que entre AAD e AGC2 (0,169), sendo apenas a primeira significativa. Esse resultado distorce um pouco da primeira hipótese, pois quando considerado o cenário de muita corrupção, ter valores mais democráticos não significa reduzir a probabilidade de adesão ao golpe em relação aos ambivalentes.

Considerando o grau de escolaridade dos indivíduos, percebe-se uma correlação forte (0,000) dessa variável com o índice IAG, tanto para AGC1 e AGC2. As tabelas abaixo mostram como ocorrem essas relações:

Tabela 2. Tabela de referência cruzada – IAG muito crime e Escolaridade

		Escolaridade				Total
		Sem escolaridade	Primário	Secundário	Universitário	
IAG	Ambivalente que rejeita golpe	17 36,2%	237 37,1%	235 42,9%	77 47,5%	566 40,6%
	Democrata que rejeita golpe	3 6,4%	39 6,1%	56 10,2%	38 23,5%	136 9,7%
	Ambivalente que aceita golpe	13 27,7%	201 31,5%	141 25,7%	23 14,2%	378 27,1%
	Democrata que aceita golpe	3 6,4%	39 6,1%	30 5,5%	15 9,3%	87 6,2%
Total		47 100,0%	638 100,0%	548 100,0%	162 100,0%	1395 100,0%

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

A partir da tabela acima é possível observar que, entre os ambivalentes que rejeitam o golpe, quanto mais se avança nos níveis de escolaridade, menor sua proporção em relação aos demais grupos. Isso coaduna com a ideia de que, quanto maior a escolaridade, maior a rejeição ao golpe. Quando se observa os ambivalentes que aceitam o golpe, observa-se que, com exceção do setor “primário”, quanto mais se avança nos níveis de escolaridade, menor a proporção de aceitação ao golpe, o que segue a lógica da relação anterior.

Quando se analisa o grupo dos democráticos, percebe-se um fenômeno peculiar: embora entre os democráticos que rejeitam golpe há uma relação positiva entre grau de escolaridade e rejeição ao golpe (destacando o fato de ser universitário), quando se analisa os democráticos que aceitam golpes, percebe-se que é no grupo dos “universitários” que se encontram os que mais aderem ao golpe.

É possível pensar, a partir desses dados, que o tema da criminalidade possui maior efeito sobre os democráticos universitários que aderem ao golpe. Observe agora como essas variáveis se relacionam no caso de adesão ao golpe quando muita corrupção.

Tabela 3. Tabela de referência cruzada – IAG muita corrupção e Escolaridade

		Escolaridade				Total
		Sem escolaridade	Primário	Secundário	Universitário	
IAG	Ambivalente que rejeita golpe	15 33,3%	228 35,8%	205 37,3%	55 34,0%	503 36,1%
	Democrata que rejeita golpe	2 4,4%	33 5,2%	48 8,7%	36 22,2%	119 8,5%
	Ambivalente que aceita golpe	15 33,3%	209 32,8%	169 30,8%	45 27,8%	438 31,4%
	Democrata que aceita golpe	3 6,7%	44 6,9%	39 7,1%	16 9,9%	102 7,3%
Total		45 100,0%	637 100,0%	549 100,0%	162 100,0%	1393 100,0%

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Diferentemente dos resultados anteriores se percebe o que já era posto pela hipótese desse trabalho: quanto maior o nível de escolarização, aumenta a proporção dos democráticos que rejeitam o golpe. Destaca-se o valor expressivo dos democratas que rejeitam o golpe quando possuem o maior nível de escolaridade, chegando a 22,2% frente a 8,7% do nível de escolaridade anterior. Nesse caso, ser universitário alavanca a proporção de rejeição ao golpe entre aqueles que já o rejeitavam. Porém, na contramão do que se esperava, quanto mais se avança nos níveis de escolarização, maior a proporção dos democratas que aceitam o golpe.

Quando se observa o grupo dos ambivalentes, percebe-se dois fenômenos distintos: Se entre os ambivalentes que aceitam o golpe se percebe que quanto maior o nível de escolaridade menor a proporção de adesão ao golpe, quando se observa os ambivalentes que rejeitam o golpe, a rejeição é menos frequente nos níveis de escolaridade mais baixa e mais alta. Nesse sentido, é possível dizer que não há uma relação linear entre nível de escolaridade e rejeição ao golpe para esse grupo.

Conclui-se com esses resultados que o índice IAG interage de forma diferente com os grupos de democráticos e ambivalentes quando se considera os cenários de muita criminalidade e muita corrupção.

Em suma, os democráticos são mais sensíveis ao tema da criminalidade quando considerado o grupo dos universitários e os ambivalentes são mais sensíveis ao tema da corrupção quando considerados os níveis mais baixos e mais altos de escolaridade.

Analisando por estados da federação, observou-se que há uma diferença na relação entre o índice IAG com as variáveis de adesão ao golpe quando muito crime e muita corrupção, como se observa nas tabelas abaixo:

Tabela 4. Tabela de referência cruzada – IAG muito crime e Macrorregião

		Macrorregião/IDHM					Total
		Nordeste (0,663)	Norte (0,667)	Sul (0,754)	Centro-Oeste (0,757)	Sudeste (0,766)	
IAG	Ambivalente que rejeita golpe	116 36,6%	117 58,5%	73 30,8%	89 43,2%	171 39,1%	566 40,5%
	Democrata que rejeita golpe	16 5,0%	21 10,5%	40 16,9%	14 6,8%	45 10,3%	136 9,7%
	Ambivalente que aceita golpe	94 29,7%	32 16,0%	65 27,4%	56 27,2%	133 30,4%	380 27,2%
	Democrata que aceita golpe	12 3,8%	9 4,5%	28 11,8%	6 2,9%	32 7,3%	87 6,2%
Total		317 100,0%	200 100,0%	237 100,0%	206 100,0%	437 100,0%	1397 100,0%

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Analisando os dados acima, não foi possível estabelecer relação entre IDHM e rejeição/aceitação ao golpe, tanto entre os ambivalentes quanto entre os democráticos. O fato de possuir maior IDHM não corresponde a maior rejeição ao golpe. Por outro lado, percebe-se que há, entre os ambivalentes, uma maior rejeição ao golpe nas macrorregiões Norte e Centro-Oeste e uma maior aceitação nas macrorregiões Nordeste e Sudeste. Quando se analisa os democráticos, percebe-se que: tanto a rejeição quanto a aceitação ao golpe ocorre em maior proporção nas regiões Sul e Sudeste, contudo, a região Norte também possui uma das maiores proporções de rejeição ao golpe entre os democráticos.

Analisando a rejeição ao golpe em casos de muita corrupção, os ambivalentes possuem o mesmo tipo de comportamento do quadro analisado anteriormente (muito crime). A proporção de maior rejeição ocorre nas regiões Norte e Centro-Oeste e a proporção de maior aceitação do golpe ocorre nas macrorregiões Nordeste e Sudeste. Por outro lado, destaca-se a proporção de adesão ao golpe em caso de muita corrupção no Sul, que varia de 27,4% (muito crime) para 33,3% (muita corrupção).

Com exceção da região Norte, quando se altera a variável controle, de muito crime para muita corrupção, em todos os estados há uma queda na proporção dos ambivalentes que rejeitam o golpe e se percebe o aumento da proporção dos ambivalentes que aceitam ao golpe, como se observa a partir da comparação da tabela 4 (abaixo) e tabela 3.

Tabela 5. Tabela de referência cruzada – IAG muita corrupção e Macrorregião

		Macrorregiões/IDHM					Total
		Nordeste (0,663)	Norte (0,667)	Sul (0,754)	Centro-Oeste (0,757)	Sudeste (0,766)	
IAG	Ambivalente que rejeita golpe	91 29,1%	117 58,8%	59 24,6%	80 38,8%	157 35,9%	504 36,1%
	Democrata que rejeita golpe	12 3,8%	22 11,1%	30 12,5%	10 4,9%	45 10,3%	119 8,5%
	Ambivalente que aceita golpe	114 36,4%	30 15,1%	80 33,3%	64 31,1%	151 34,6%	439 31,5%
	Democrata que aceita golpe	16 5,1%	8 4,0%	39 16,2%	10 4,9%	29 6,6%	102 7,3%
Total		313 100,0%	199 100,0%	240 100,0%	206 100,0%	437 100,0%	1395 100,0%

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Quando se analisa o grupo dos democráticos, percebe-se que a maior rejeição ao golpe em caso de muita corrupção ocorre em maiores proporções nas macrorregiões Sul, Norte e Sudeste (na ordem da maior para a menor proporção). Diferente do caso anterior (muito crime), os democráticos da região norte aparecem entre os que mais rejeitam golpes. Por outro lado, no Sul e Sudeste estão as maiores proporções de democráticos que aderem a golpes em caso de muita corrupção, mantendo o padrão da tabela 3. Contudo, a diferença é que o Sul possui uma proporção de democrático que aderem a golpes em caso de muita corrupção muito maior comparada a proporção desse grupo na região Sudeste (diferença de aproximadamente 10 pontos percentuais). Isso nos leva a pensar que o compromisso democrático entre os democratas é mais sensível ao tema da corrupção no Sul.

Por fim, analisando os dados para a relação do índice IAG com os perfis geracionais, não se observou correlação significativa para ambos os casos. Conclui-se que o fato de ter sido socializado politicamente no período da ditadura civil militar brasileira não está relacionado com maior “compromisso democrático”, tanto entre democráticos quanto entre ambivalentes, comparado com aqueles que não passaram pelo mesmo processo de socialização. Com relação a idade, só foi possível perceber diferença entre os considerados ambivalentes e quando considerado o golpe em caso de muito crime. Nesse caso, os mais jovens são menos adeptos ao golpe.

Discussão

Observou-se que a relação entre maior coesão e adesão/rejeição ao golpe (no sentido de que, quanto maior a coesão democrática menor a adesão a golpes) não ocorre da mesma forma quando considerados os casos de muito crime e muita corrupção. Quando considerado golpe em casos de muito crime, a relação é linear, no sentido de que, se democraticamente coeso, então maior a proporção de rejeitar golpes.

Por outro lado, considerando golpes em caso de muita corrupção, não há diferença entre ser coeso ou ambivalente. Ambos rejeitam o golpe na mesma proporção. Isso nos leva a pensar sobre a maior sensibilidade do tema da corrupção para o compromisso democrático.

Isso nos leva a crer que o fenômeno da corrupção é mais sensível aos respondentes quando considerado a adesão ao golpe, tirando a relevância da coesão do campo atitudinal para explicação do fenômeno.

Quando se analisa a relação entre o índice AAD e a adesão a golpes, sob efeito da variável Escolaridade, a relação entre atitudes democráticas e adesão/rejeição deixa de ser linear para o grupo dos democratas que aceitam golpes em caso de muito crime. Para o grupo dos democratas que aceitam golpes quando muita corrupção, há uma linearidade, mas inversa, ou seja, quanto mais se avança nos níveis de escolaridade, maior a proporção de aceitação do golpe.

Sabendo que as taxas de escolarização de nível superior seja mais frequente entre as pessoas nas regiões Sul e Sudeste, pode-se tentar compreender a adesão ao golpe (entre os universitários democráticos) através de algum elemento que fosse mais comum aos universitários nessas regiões. Para isso, seria necessário fazer um estudo sobre o perfil dos universitários democráticos.

Dessa forma, deve-se pensar se o índice de adesão às atitudes democráticas foi construído de maneira precisa. Revisitando a construção do índice, que segue o modelo que Casalecchi (2016) adotou em sua tese de doutorado, destaca-se sua dimensão procedimental (“A participação de pessoas em um grupo para derrubar por meios violentos um governo eleito. Até que ponto aprova ou desaprova?”). Esse tipo de pergunta pode gerar respostas socialmente desejáveis, uma vez que a pergunta traz explicitamente a derrubada por meios violentos.

Sendo a violência um elemento socialmente indesejável, espera-se que as pessoas se coloquem como contrárias a essa medida (dada sua escala). Analisando a frequência das respostas a essa pergunta, percebe-se, através de uma análise de quartis, que mais de 60% da amostra está situada entre os valores 1 e 2 da escala (sendo que 1 representa “desaprova fortemente”). Dessa forma, utilizar essa variável como componente do índice de adesão às atitudes democráticas pode não significar muito para o índice, pois superestima como democráticos aqueles que provavelmente seriam ambivalentes se medidos por outra variável que se refira a dimensão procedimental.

Com relação ao fato do IDHM não ser uma boa variável explicativa para o compromisso democrático, não se reduz a importância do elemento econômico como variável importante do modelo. Em vez de dados agregados, pode-se pensar sobre as variáveis econômicas através das percepções que os indivíduos têm sobre a qualidade de vida. Há dados disponíveis no mesmo *survey* que medem essa percepção.

Pensando sobre os resultados da correlação entre o índice IAG e as variáveis de geração, é inviável, a partir dos dados produzidos pelo modelo por este artigo elaborado, lançar mão em defesa da ideia de que a socialização política no período da ditadura gestou uma cultura política

antiautoritária, contrariando a abordagem culturalista presente em algumas interpretações sobre cultura política autoritária no Brasil (MOTTA e ABREU, 2013; MOTTA, 2013; GALLO e GUGLIANO, 2014).

Acerca dessa relação entre gerações, socialização política e rejeição ao golpe é preciso fazer algumas reflexões sobre o modelo elaborado e acerca da teoria da socialização política. Nesse sentido, o corte no grupo que tinha 18 anos em 1964 e 18 anos em 1985 seria justificado por dois motivos que estão interligados: i) grandes momentos históricos e ii) “autonomia” nas relações políticas.

Dessa forma, aqueles que tinham 18 anos ou mais nos grandes momentos históricos da política nacional possuíam mais autonomia do que os mais jovens de se posicionarem politicamente. Geralmente, esses jovens frequentavam espaços de discussões políticas nas universidades – em muito coordenada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) – e possuíam o direito de votar, o que os inseria numa dinâmica de socialização política específica.

Contudo, tal modelo carece de maior consistência teórica acerca da teoria da socialização política, mas pensando-a em diálogo com as teorias da psicologia e da pedagogia. Não se sabe ao certo qual(is) o(s) momento(s) da vida que marcam a formação da personalidade dos indivíduos. Como a política está fortemente vinculada aos aspectos institucionais da participação, e esta depende da idade dos indivíduos (restrição de idade para votar, se candidatar, etc.), concentra-se os esforços mais na socialização política dos jovens e adultos. Entendendo o processo de formação política como um processo contínuo, é preciso que se dedique à compreensão da socialização política desde a infância (JENNINGS, 2007).

Por outro lado, há uma necessidade de explicar a socialização política marcada principalmente por grandes fatos (Golpe civil militar de 1964, Diretas Já!, etc.). Contudo, ao passo que é importante atentar-se aos grandes fatos como elementos contextuais, é preciso compreendê-los, também, através da ótica dos sujeitos. Nessa perspectiva, um mesmo fato pode ser significado e ressignificado ao longo da história de várias formas e sentidos. Há que se afirmar que os sentidos históricos também estão em disputa pelos atores da sociedade. Além disso, há que se questionar para quem o Golpe de 1964 e os movimentos das Diretas foram considerados como grandes fatos. Não se pode negar a possibilidade desses fatos não terem nenhuma significância para a socialização política de muitos indivíduos. Nesse sentido, há que se atentar para fatos ligados à política local como tendo papel importante na socialização política.

O que há em comum nessas abordagens, e de problemático, é que o tempo é utilizado como um dado agregado (JENNINGS, 2007) e não como uma dimensão de nível individual, ligada às subjetividades dos sujeitos. Ainda, há que se estabelecer que a socialização política pode ser um processo interminável durante o período de vida das pessoas.

Porém, é possível pensar que a existência de um caráter conciliador (ou cultura política conciliadora) entre as forças ditatoriais e democráticas, que culminou na Anistia de 1979 (REIS, 2014; RUBERT, 2014; GONÇALVES, 2014), impediu que a memória da ditadura civil militar fosse

resgatada e denunciada, revelando os crimes e atrocidades dos anos de chumbo. Ao expor os horrores contra a humanidade da ditadura, esperaria que uma cultura política de rejeição da via autoritária fosse gestada pela sociedade, principalmente entre aqueles que foram socializados politicamente naquele período. Para testar essa hipótese, talvez fosse possível fazer uma análise comparativa entre Brasil e Argentina, uma vez que este país promoveu políticas públicas de memória mais efetivas.

Por outro lado, não se pode dizer que os mais jovens, sendo hipoteticamente menos conservadores, teriam maior adesão às atitudes democráticas, uma vez que um dos componentes do índice AAD é a tolerância. Não há diferença entre ser jovem ou não ser jovem e ser democrático ou ser ambivalente.

Referências

ANTUNES, R. Theoretical models of voting behaviour. Revista Exedra, n.4, Coimbra: 2010.

BOOTH, J., & SELIGSON, Mitchell. The legitimacy puzzle: democracy and political support in eight Latin American nations. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2009.

CARLIN, R. Democratic Orientations in the Americas. In: COHEN, M. J., LUPU, N., ZECHEMEISTER, E. J. The Political Culture of Democracy in the Americas, 2016/17: A Comparative Study of Democracy and Governance. USAID, 2017.

CARLIN, R. The Socioeconomic roots of support for Democracy and the quality of Democracy in Latin America. Revista de Ciência Política 26 (1): 48-66.

CARLIN, R., & SINGER, M. M. Support for Polyarchy in the Americas. Comparative Political Studies 44 (11): 1500-1526.

CARVALHO, J. M. de. A construção da ordem: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASALECCHI, G. A. Legado democrático e atitudes democráticas na América Latina: efeitos diretos, indiretos e condicionais. 2016. 201 f. Tese de doutorado em Ciência Política – FAFICH. UFMG, Belo Horizonte.

CASALECCHI, G. A., DAVID, F., & QUARESMA, G. Quão democráticos são os democratas brasileiros? Artigo apresentado ao Grupo de Trabalho de Cultura política, comportamento e opinião pública no V Congresso da Compólitica, realizado em Curitiba/PR, entre os dias 8 e 10 de maio de 2013. ISSN 2236-6490.

COHEN, M. J. Support for Electoral Democracy in the Americas. In: COHEN, M. J., LUPU, N., ZECHEMEISTER, E. J. The Political Culture of Democracy in the Americas, 2016/17: A Comparative Study of Democracy and Governance. USAID, 2017.

COLLIER, D., & LEVITSKY, Steven. Democracy with adjectives: conceptual innovation in comparative research. World Politics, v. 49, n. 3, p. 430-451, 1997.

Desenvolvimento humano nas macrorregiões brasileiras: 2016. – Brasília :PNUD : IPEA : FJP, 2016.

FIGUEIREDO, M. F. Democracia, Comportamento Eleitoral e Racionalidade do voto. Tese de doutorado em Ciência Política do Programa de pós-graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.

FUCHS, D. The Political Culture Paradigm. *In* DALTON, R. J., & KLINGEMAN, Hans-Dieter. The Oxford Handbook of Political Behavior. Oxford University Press Inc., New York, 2007.

FUKS, M., CASALECCHI, G. A. & RIBEIRO, Ednaldo A. Determinantes contextuais da coesão do sistema de crenças democrático: evidências a partir da América Latina. Trabalho apresentado no I Seminário Nacional sobre Comportamento Político e Opinião Pública, s/d.

FUKS, M., CASALECCHI, G. A., QUARESMA, G., & DAVID, F. Qualificando a adesão à democracia: quão democrático são os democratas brasileiros? *Revista Brasileira de Ciência Política*; nº19. Brasília, Janeiro – abril de 2016, pp. 199-219.

GALLO, Carlos A., & GUGLIANO, Alfredo A. Legados autoritários políticas de memória e qualidade da democracia no Brasil. *In* GALLO, C. A.; RUBERT, S. Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

GONÇALVES, D. N. Os sentidos e as disputas em torno da anistia e da reparação de perseguidos políticos no Brasil. *In* GALLO, C. A.; RUBERT, S. Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

JENNINGS, M. Kent. Political Socialization. *In* DALTON, R. J., & KLINGEMAN, Hans-Dieter. The Oxford Handbook of Political Behavior. Oxford University Press Inc., New York, 2007.

LAYTON, Matthew et al. Citizen Security, Evaluation of the State, and Policy Preferences. *In*: ZECHEMEISTER, E. J. The Political Culture of Democracy in the Americas, 2014: Democratic Governance across 10 years of the AmericasBarometer. USAID, 2016.

MOISÉS, J. A. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p.11-44. 2008.

MOTTA, R. P. S. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. *In* MOTTA, Rodrigo Patto Sá; ABREU, Luciano Aronne. Autoritarismo e Cultura Política. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013. Apresentação.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá, & ABREU, Luciano Aronne. Autoritarismo e Cultura Política. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013. Apresentação.

PAULINO, Rafael O. Gerações e atitudes políticas: uma análise da adesão à democracia na América Latina. 2016. 79 f. Dissertação de mestrado em Ciência Política – FAFICH. UFMG, Belo Horizonte.

PÉREZ-LIÑAN, A., & POLGA-HECIMOVIICH, J. Political elites, democratic breakdown, and presidential instability in Latin America. Seminario de Investigación #14: 17 de mayo de 2013.

PUTNAM, R. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REIS, D. A. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, D. A. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002.

RUBERT, S. “Para reconciliar, é preciso esquecer?”: reflexões sobre as possibilidades de resgate da memória da repressão política no Brasil. In GALLO, C. A.; RUBERT, S. Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

SARTORI, G. A teoria da democracia revisitada. São Paulo: Ática, 1994, vol. 1.

SINGER, Matthew et al. Corruption in the Americas in The Political Culture of Democracy In: ZECHEMEISTER, E. J. The Political Culture of Democracy in the Americas, 2014: Democratic Governance across 10 years of the AmericasBarometer. USAID, 2016.

SINGER, Matthew et al. Questions of Performance: Economics, Corruption, Crime and Life Satisfaction in the Americas. In: SELIGSON, M. A. The Political Culture of Democracy in the Americas, 2012: Towards Equality of Opportunity. USAID, 2012.

VEIGA, F. V., RIBEIRO, E., NICOLÁS, M. A., & BRAGATTO, R. C. El efecto de la experiencia democrática em la estructura de a legitimidad em América Latina y el Caribe. Opinión Pública, Campinas, vol. 23, nº 2, maio-agosto, 2017.